

Brasil

Petróleo Edital de licitação mantém conteúdo local como critério de seleção do vencedor das áreas

ANP reduz custos para petroleiras em leilão de blocos

André Ramalho e Rodrigo Polito Do Rio

Diante de um cenário de restrição de caixa das petroleiras no mundo e após o resultado fraco do leilão de blocos marítimos no México, em julho, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) reduziu algumas exigências para a 13ª rodada de licitações. Entre as mudanças mais expressivas incluídas no edital do leilão, divulgado ontem, em relação ao pré-edital, estão a revisão dos compromissos de investimentos mínimos e das garantias financeiras exigidas para participação na licitação.

Ao todo, a ANP reduziu em 40% o programa exploratório mínimo (PEM) dos 266 blocos que serão ofertados. Na prática, isso significa

que, se todas as áreas forem arrematadas, a previsão é que as petroleiras invistam cerca de R\$ 1,69 bilhão em cinco anos, para cumprir os compromissos mínimos de exploração dos blocos. No pré-edital, os investimentos mínimos somavam R\$ 2,86 bilhões.

A maior revisão foi na bacia de Pelotas. Os programas exploratórios mínimos dos blocos ofertados na região foram reduzidos de R\$ 1,28 bilhão para R\$ 538 milhões. Em Sergipe-Alagoas, os compromissos de investimentos mínimos caíram de R\$ 448 milhões para R\$ 183 milhões.

Agência também reduziu significativamente o valor das garantias de oferta para cada bloco que devem ser depositadas pelas companhias antes do leilão. A redução foi de pelo menos 72%. Para alguns setores ofertados o va-

lor da garantia de oferta exigida caiu mais de 96%, em relação ao estipulado no pré-edital da licitação. Em nota, a autarquia explicou que a mudança teve o objetivo de "reduzir o custo de participação das empresas na licitação".

Apesar das mudanças em relação às garantias e aos investimentos mínimos, a ANP manteve as regras de conteúdo local para a licitação, mesmo com o pedido feito pelas petroleiras para retirar o índice de nacionalização do critério de seleção do vencedor de cada bloco. Pelo edital, a proposta de conteúdo local terá peso de 20% na composição da oferta pelo bloco.

Para o secretário-executivo de exploração e produção do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Antônio Guimarães, os pequenos avanços no edital e no contrato de con-



Antônio Guimarães, do IBP: Modelo do contrato é "o pior de todos os tempos"

cessão não são suficientes para elevar a competitividade da rodada. "O modelo do contrato de concessão da 13ª rodada é o pior de todos os tempos", diz.

O executivo destacou que alguns blocos, mesmo que não estejam incluídos em contrato, aumentam a insegurança jurídica para o investidor. Citou, como exemplo, a redefinição de campo adotada na 13ª rodada. Segundo Guimarães, a ANP incluiu no contrato de concessão novas definições de campo, aprovadas pela agência este ano e contestadas pela indústria.

"A ANP trouxe para o contrato

de concessão algumas questões regulatórias para cristalizar alguns pontos onde há discordâncias. Ela está tentando redefinir o que é campo não só utilizando argumentos técnicos, mas também econômicos. Isso não está na Lei do Petróleo. Ela adotou uma definição conflitante, que cria novas interpretações além do que dizia a lei. Isso cria uma insegurança", afirma Guimarães.

O executivo do IBP também citou como "novidades ruins" o aumento das restrições à arbitragem e a antecipação do pagamento de multa pelo descumprimento dos compromissos de conteúdo local

Nível dos reservatórios do Sudeste sobe em julho

Do Rio

Os reservatórios das usinas do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país, terminaram o mês de julho com 37,4% de armazenamento, com alta de 1,3 ponto percentual em relação a junho, de acordo com dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Foi o terceiro mês consecutivo do período seco em que o nível dos lagos das hidrelétricas das duas regiões registrou elevação. Os reservatórios do Sul também fecharam o mês com alta, de 33,1 pontos percentuais, com 96,8% de armazenamento.

Com relação ao Nordeste, onde a situação ainda é crítica, os lagos das hidrelétricas terminaram julho com apenas 22,5% de armazenamento. O volume representa uma queda de 2,8 ponto percentual em relação ao fim de junho. Na mesma comparação, o ONS também apurou queda de 4,9 pontos percentuais do estoque das hidrelétricas do Norte. As usinas da região registraram 75,6% de armazenamento no último dia de julho. (RP)

Reunião sobre déficit hídrico termina sem acordo com geradoras de energia

Rafael Bitencourt, Daniel Rittner e Natalia Viri De Brasília e São Paulo

Terminou novamente sem acordo a reunião do governo com as entidades que representam as geradoras de energia elétrica. As tratativas, realizadas desde a última semana, têm por objetivo començar o segmento a desistir das liminares obtidas na Justiça que desobrigam os donos de usinas a assumir a despesa bilionária decorrente do déficit de geração hídrica.

O governo está preocupado com o impacto financeiro da guerra judicial sobre o setor elétrico,

que já tem afetado o segmento de distribuição. A reunião de ontem foi realizada no Ministério de Minas e Energia e conduzida pelo secretário-executivo da pasta, Luiz Eduardo Barata.

Apesar de não fechar acordo, os representantes das geradoras afirmaram que as negociações têm evoluído. Para saldar a despesa bilionária acumulada até agora, e a que viria até 2016, o governo propôs a extensão dos atuais contratos das usinas. Porém, ainda seria preciso que as geradoras aceitassem a segunda parte da proposta para finalmente pôr fim à guerra na Justiça e impedir que o proble-

ma voltasse a se repetir no futuro.

Isso somente seria possível com a transferência do chamado risco hidrológico para o consumidor por meio de mecanismo semelhante ao do sistema de bandeiras tarifárias a partir de 2017. Em compensação, os consumidores contariam com a redução do atual patamar de custo da geração de energia até o fim dos contratos, em geral fixados em 30 anos.

"O que está se propondo abre uma perspectiva melhor do que a que temos hoje. Porém, ainda faltam informações para quantificar os resultados", afirmou o presidente da Associação Brasi-

leira de Autoprodutores de Energia (Abiape), Mário Menel. "Os princípios são inteligentes, consistentes e aceitáveis", disse, ao sair da reunião.

O presidente da Associação Brasileira de Comercializadores de Energia, Reginaldo Medeiros, informou que a expectativa das entidades é de realizar novos encontros técnicos na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) até sexta-feira e levar a proposta à aprovação da diretoria do órgão regulador na próxima semana.

Tiago Correia, diretor da Aneel e um dos principais responsáveis pelo desenho da saída para

resolver o problema com as geradoras, disse que as geradoras estão satisfeitas com o que foi apresentado. Ele reconheceu, no entanto, que as entidades querem mais tempo para analisar os detalhes. "Faltam parâmetros para checar os riscos e viabilizar a contabilização dos ativos", disse Correia após a reunião.

O presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), Guilherme Velho, disse que a proposta é realmente "positiva", mas que demanda aprofundamento das análises. Segundo fontes presentes à reunião,

a principal questão diz respeito ao cálculo do reembolso e da magnitude da redução de preços que será exigida pelo governo. "Ninguém vai assinar até que tenha certeza da conta", apontou um interlocutor.

Outro ponto que ainda não está claro é como as geradoras vão se financiar até que as despesas passem para a conta de luz. A Aneel propôs que as despesas a serem reembolsadas mais à frente componham um ativo regulatório, que poderá ser securitizado no mercado. As empresas, no entanto, ainda estão céticas em relação a essa alternativa.

Atividade Econômica

Indicadores agregados

	jun/15	jun/15	maio/15	abr/15	mar/15	fev/15	jan/15	dez/14	nov/14	out/14
Indústria										
Produção física industrial (IDIE - %)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-0,6	-1,2	-0,7	-1,4	-0,2	-1,7	-3,2	-0,1
Indústria de transformação	-	-	-0,6	-1,5	-0,8	-1,6	-1,4	-3,6	-3,4	-0,3
Bens de capital	-	-	-0,2	-0,2	-0,3	-0,5	-0,5	-0,6	-0,7	-0,2
Bens de consumo	-	-	-0,5	-0,7	-0,3	-0,6	-1,1	-0,2	-0,1	-0,1
Indústria de serviços (IDIS - %)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria de serviços não desmontáveis (IDIS - %)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-3,3	-1,2	-1,0	-1,8	-0,9	-1,9	-3,6	-0,5
Indústria não-FDIAN (IN - %)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-4,7	-0,9	-0,4	-1,1	-0,2	-1,6	-3,5	-0,8
Comércio										
Produto nominal de vendas no varejo - Brasil (IDV - %)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-0,0	-0,2	-0,7	-0,6	-1,1	-2,7	-2,2	-1,1
Índice de vendas no varejo - Brasil (IDV - %)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-0,9	-0,5	-0,9	-0,5	-1,0	-2,8	-1,5	-0,3
Comércio em comércio (ICPC - %)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-0,6	-0,6	-1,2	-1,3	-1,0	-2,2	-2,3	-1,3
Comércio em comércio - sem o comércio eletrônico (ICPC - %)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-6,3	-5,0	-3,3	-3,6	-8,3	-10,1	-10,0	-4,6
Mercado de trabalho										
Taxa média de desocupação (IDM - em %)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor de serviços (IDM - em %)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor de manufatura (IDM - em %)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nível de emprego na indústria (IDEMP - %)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor de serviços (IDEMP - %)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor de manufatura (IDEMP - %)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balança comercial (CIB - em bilhões)										
Exportações	18.526	19.620	16.769	15.156	16.979	12.692	13.701	19.019	15.616	16.190
Importações	18.127	19.340	16.748	15.194	16.924	12.692	13.701	19.019	15.616	16.190
Total	2.399	2.282	2.021	4.961	4.584	-2.842	-1.331	9.911	-9.191	-3.177

Fonte: IBGE, CNI, FIESP, FIAP, ANP, DIEESE, FINEC, SECEX, MEC, IBP. Elaboração: Valor Data. (1) Não contém informações de janeiro de 2015. (2) Metodologia em ajuste sazonal. *Variável em 12 meses. **Em São Paulo.

Produção e investimento

Variação no período

	2015 (I)	2014	2013	2012	2011	2010
Indicadores						
PIB (R\$ bilhões)*	5.607,0	5.523,1	5.155,6	4.731,1	4.374,8	3.868,8
PIB em \$ bilhões**	401,1	395,4	3.807,0	2.415,1	2.073,5	2.203,1
Var. % Produção Real (%)	-0,3	-0,4	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3
Agropecuária	-0,6	-0,6	-0,9	-0,5	0,6	4,8
Indústria	-2,5	-2,2	-1,8	-0,3	-0,3	10,4
Serviços	-0,2	-0,7	-0,5	-0,2	0,4	5,8
Investimentos em Capital Fixo (ICF) em % do PIB	4,3	4,1	4,1	4,0	3,8	3,9
Investimentos em % do PIB	3,6	3,7	3,7	3,6	3,6	3,6

Fonte: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Preços de referência. **Banco Central. Obs.: Dados do IBGE ajustados segundo a nova metodologia de cálculo. (1) 2º Trimestre de 2015, exceto os últimos 12 meses.

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

	Alíquotas em %	INSS (I)	INSPF (2)
Salário de contribuintes em R\$			
Até 1.999,12	8,00	8,00	8,00
De 1.999,12 a 2.333,08	9,00	9,00	9,00
De 2.333,08 a 2.666,70	11,00	11,00	11,00
Empregador descontado	12,00	-	-

Fonte: Ministério da Previdência Social, Departamento de Contribuição Previdenciária. *Inclui contribuintes de empresas. (1) Para fins de recolhimento ao INSS. (2) Para fins de recolhimento ao INSS. (3) Para fins de recolhimento ao INSS. (4) Para fins de recolhimento ao INSS.

IR na fonte

Faixas de contribuição

	Alíquotas em %				
IR - em %					
Até R\$ 20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De R\$ 20.000,00 a R\$ 30.000,00	7,50	7,50	7,50	7,50	7,50
De R\$ 30.000,00 a R\$ 40.000,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
De R\$ 40.000,00 a R\$ 50.000,00	22,50	22,50	22,50	22,50	22,50
De R\$ 50.000,00 a R\$ 100.000,00	27,50	27,50	27,50	27,50	27,50
De R\$ 100.000,00 a R\$ 1.500.000,00	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00
De R\$ 1.500.000,00 a R\$ 2.500.000,00	35,00	35,00	35,00	35,00	35,00
De R\$ 2.500.000,00 a R\$ 5.000.000,00	40,00	40,00	40,00	40,00	40,00
De R\$ 5.000.000,00 a R\$ 10.000.000,00	45,00	45,00	45,00	45,00	45,00
De R\$ 10.000.000,00 a R\$ 15.000.000,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
De R\$ 15.000.000,00 a R\$ 20.000.000,00	55,00	55,00	55,00	55,00	55,00
De R\$ 20.000.000,00 a R\$ 30.000.000,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
De R\$ 30.000.000,00 a R\$ 50.000.000,00	65,00	65,00	65,00	65,00	65,00
De R\$ 50.000.000,00 a R\$ 100.000.000,00	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00
De R\$ 100.000.000,00 a R\$ 1.500.000.000,00	75,00	75,00	75,00	75,00	75,00
De R\$ 1.500.000.000,00 a R\$ 5.000.000.000,00	80,00	80,00	80,00	80,00	80,00
De R\$ 5.000.000.000,00 a R\$ 10.000.000.000,00	85,00	85,00	85,00	85,00	85,00
De R\$ 10.000.000.000,00 a R\$ 15.000.000.000,00	90,00	90,00	90,00	90,00	90,00
De R\$ 15.000.000.000,00 a R\$ 20.000.000.000,00	95,00	95,00	95,00	95,00	95,00
De R\$ 20.000.000.000,00 a R\$ 30.000.000.000,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Secretaria da Receita Federal. Elaboração: Valor Data. Obs.: Decretos por dependentes: R\$ 180,50. Anacardos: R\$ 200,00.

Principais receitas tributárias

Valores em R\$ bilhões

	jun/14	jun/15	jun-12/14	jun-12/15
Valores acumulados				
Federal				
Imposto de renda total	302,5	310	309,2	310
Imposto de renda pessoal/jurídico	125,3	127,1	125,7	125,8
Imposto de renda sobre lucros	177,2	182,9	183,5	184,2
Imposto sobre produtos industrializados	51,8	52,8	53,6	54,6
Imposto sobre serviços financeiros	34,5	35,7	34,9	35,7
Imposto de importação	38,0	38,3	38,7	39,1
Imposto sobre consumo	10,0	10,0	10,0	10,0
INPI (I)	-	-	-	-
Contribuição para Previdência Social	398,9	397,8	397,2	397,2
CASL	46,9	47,1	47,1	47,1
PIS/Pasep	51,3	51,8	51,0	51,9
Outras receitas	454,9	457	457,4	457,4
Total (I) (Previdência)	1.236,6	1.237,9	1.236,6	1.236,6
ICMS - Brasil (II) (maio/15)	404,1	409	410,1	410,1
ICMS - São Paulo	126,4	131,6	122,8	122,8
ICMS - Rio de Janeiro	10,0	10,0	10,0	10,0
ICMS - Minas Gerais	28,2	28,1	28,1	28,1
Total das principais receitas	-	-	-	-
Total	1.966,7	1.977	1.977	1.977

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data. *Tributação em período de ano anterior. **Previdência. (1) R\$ 400 milhões de passivo a ser incluído em outros recursos.

Inflação

Variação no período (em %)

	jun/15	jun/15	2015*	2014 12 meses*	jun/15	jun/15	dez/14
IDIE							
Total	-	-	-0,7	-1,1	-0,7	-0,7	-0,7
Indústria	-	-	-0,7	-1,1	-0,7	-0,7	-0,7
Comércio	-	-	-0,9	-0,8	-0,9	-0,9	-0,9
ICV							
Total	-	-	-0,8	-1,0	-0,8	-0,8	-0,8
Indústria	-	-	-0,7	-1,0	-0,7	-0,7	-0,7
Comércio	-	-	-0,9				